



CÂMARA DOS DEPUTADOS

**COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO**

**REQUERIMENTO N.º \_\_\_\_\_ DE 2024**  
**(Da Sra. Delegada Ione)**

*Requer a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater, a repactuação dos investimentos em mobilidade urbana, em especial no estado de Minas Gerais, previstos nos contratos de renovação antecipada das concessões ferroviárias como forma de mitigar os conflitos urbanos provocados pelo tráfego ferroviário.*

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de Audiência Pública com a finalidade de debater a repactuação dos investimentos em mobilidade urbana, em especial no estado de Minas Gerais, previstos nos contratos de renovação antecipada das concessões ferroviárias como forma de mitigar os conflitos urbanos provocados pelo tráfego ferroviário, com os seguintes convidados:

- Sr. Pedro Bruno Barros de Souza – Secretário de Estado - Secretaria de Infraestrutura, Mobilidade e Parcerias de Minas Gerais;





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

- Sr. Luiz Gustavo Bambini de Assis Confirmado - Diretor de Relações Institucionais - MRS Logística S.A.
- Sr. Gabriel Coelho Bandeira - Relações Institucionais e Governamentais Sul Sudeste - Vale S.A
- Sr. José Marques de Lima - Diretor-Presidente da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU)
- Sr. Denis Eduardo Andia – Secretário Nacional - Secretaria Nacional de Mobilidade Urbana (SEMOB) do Ministério das Cidades
- Sr. Joubert Fortes Flores Filho - Presidente do Conselho Administrativo da Associação Nacional dos Transportadores de Passageiros sobre Trilhos

## JUSTIFICAÇÃO

O Governo Federal, por meio do Ministério dos Transportes, notificou as companhias Vale e da MRS Logística quanto à revisão dos contratos de concessões de ferrovias que foram renovados antecipadamente entre 2020 e 2022. As notificações estão sendo feitas com base numa recomendação feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) a partir de um acordo fechado com a Rumo Logística.





## CÂMARA DOS DEPUTADOS

O Tribunal entendeu que a concessionária Rumo Logística descontou equivocadamente do valor da outorga os ativos não amortizados investidos na concessão no momento em que renovou antecipadamente a medida.

O Ministério dos Transportes quer utilizar a jurisprudência para cobrar também o que foi abatido das outorgas pela Vale nas ferrovias em Carajás (R\$ 21,1 bilhões) e em Vitórias-Minas (R\$ 4,6 bilhões ) e pela MRS (R\$ 3,7 bilhões) em ferrovias em Minas Gerais.

A presente audiência quer debater, a partir desse processo de revisão, a repactuação dos investimentos em mobilidade urbana, em especial no estado de Minas Gerais, previstos nos contratos de renovação antecipada das concessões ferroviárias como forma de mitigar os conflitos urbanos provocados pelo tráfego ferroviário.

Neste sentido, solicito o apoio dos nobres pares pela aprovação do presente requerimento, em razão da complexidade do tema, com intuito de realização da referida audiência pública.

Sala da Comissão, \_\_\_\_ de junho de 2024.

**Delegada Ione**  
**Deputada Federal**  
**AVANTE/MG**

